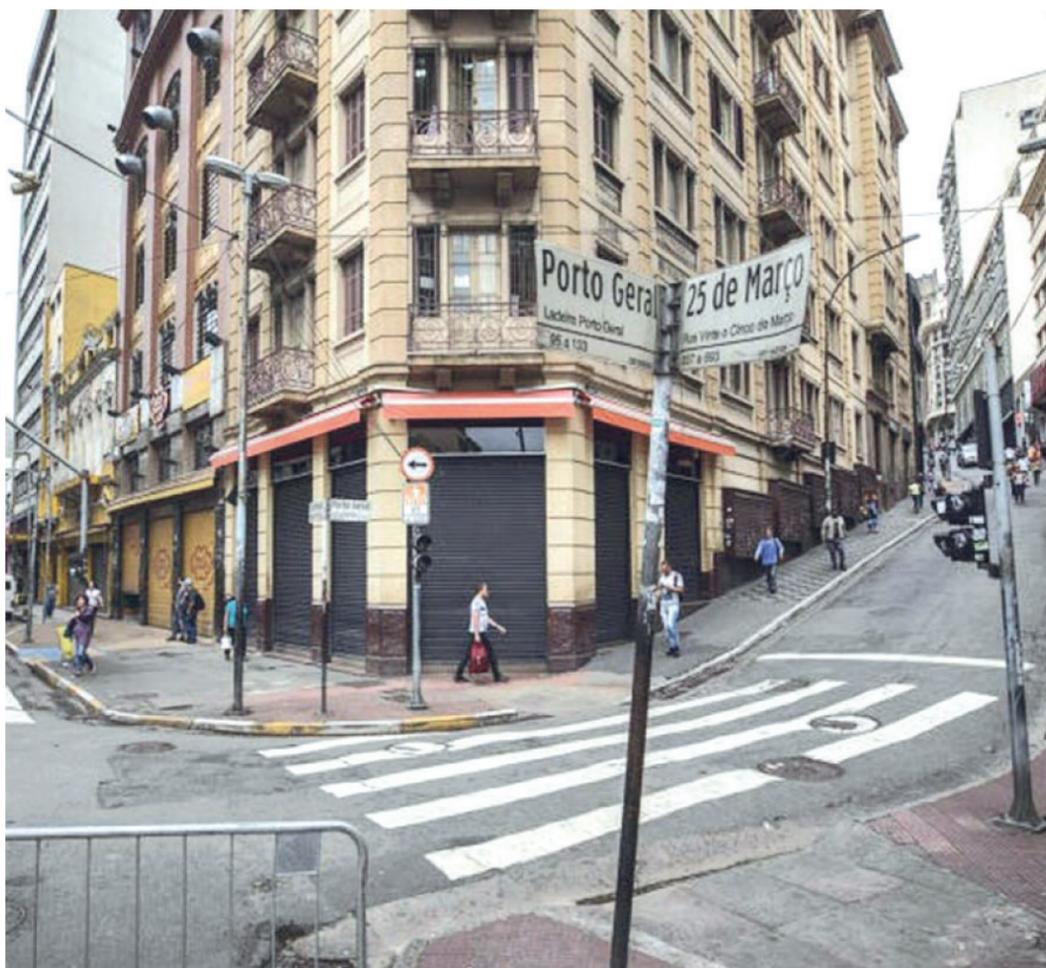


Lojistas questionam restrição ao comércio em SP e dizem que falta fiscalizar festa clandestina



A nova rodada de restrições ao comércio anunciada pelo governador de São Paulo, João Doria, nesta sexta (26) para tentar conter a Covid-19 foi questionada entre donos de lojas que terão seus estabelecimentos fechados nas regiões que retrocederam à fase vermelha ou terão de encurtar o horário de funcionamento onde foi definida a fase laranja.

Tito Bessa Junior, dono da rede de moda TNG e presidente da associação de lojistas Ablos, diz que o governo está falhando em fiscalizar as aglomerações.

“Já está provado que fechar comércio não resolve. Fizeram isso em dezembro e janeiro, mas não melhorou. O que estamos vivendo é uma

falta de fiscalização. Tem festas clandestinas rolando solto. Não é o comércio”, afirma Bessa Junior.

Para o lojista, o governo precisa fechar as praias. “Se fazem lockdown, todo mundo vai para a praia. Se ele continuar fechando mais regiões, vai criar bolsões nas praias nos finais de semana”, diz o empresário.

Grande São Paulo, Campinas, Sorocaba e Registro foram da fase amarela para a fase laranja, segundo as novas medidas anunciadas nesta sexta. Marília e Ribeirão Preto passaram da fase laranja para a fase vermelha. Apenas Piracicaba progrediu, da laranja para a amarela.

Andrea Duca, diretora da Gregory, diz que os varejistas estão ficando perdidos com as

idas e vindas. “A gente preza pela saúde de todo mundo. Mas é sofrido para o varejo”, afirma.

Viktor Ljubtschenko, diretor da rede de lojas de pijamas Any Any, diz que a imprevisibilidade das mudanças é grave no setor de vestuário. “Nós não somos uma padaria. Temos uma programação e investimos muito nas coleções”, afirma.

Angelo Campos, diretor da rede MOB, reclama pelo planejamento da mão de obra. “Esse movimento de fechar às 20h, depois voltar para as 22h, depois 20h de novo é muito ruim. O funcionário não é um objeto que você coloca e tira do armário quando troca o horário. O funcionário fica maluco com isso”, afirma.

Joana Cunha/Folhapress

Economia



Bares voltarão a fechar e restaurantes terão horário de funcionamento restrito em São Paulo

Página - 03

Governo poderá tomar até R\$ 20,5 bilhões em crédito com bancos em 2021, define CMN

Página - 03

Política



Após atritos, presidente do BB avisa Bolsonaro que não quer mais seguir no cargo

Página - 04

Negócios



JBS estuda criar empresa independente só para proteína vegetal

Página - 08

No Mundo

Merkel diz que variantes da covid criam risco de terceira onda e pede cautela



Novas variantes da covid-19 criam o risco de uma terceira onda de infecções na Alemanha, e o país precisa agir com grande cautela para que um novo isolamento nacional não se torne necessário, disse a chanceler, Angela Merkel, ao jornal Frankfurter Allgemeine Zeitung.

O número de novas infecções diárias estagnou ao longo da semana passada, e a taxa de incidência de sete dias paira em torno de 60 casos para cada 100 mil habitantes. Nesta quarta-feira, a Alemanha

relatou 8.007 novas infecções e 422 mortes adicionais.

“Por causa delas (variantes), estamos entrando em uma nova fase da pandemia, da qual uma terceira onda pode emergir”, disse Merkel. “Por isso, precisamos agir sábia e cautelosamente para que uma terceira onda não torne necessário um novo isolamento completo em toda a Alemanha.”

Merkel e premiês estaduais da Alemanha, o país mais populoso da Europa e sua maior economia, concordaram em prorrogar as restrições

para conter a disseminação do coronavírus até 7 de março.

Salões de cabeleireiro poderão reabrir a partir de 1º de março, mas o limiar para uma reativação gradual do resto da economia mira uma taxa de infecção de não mais de 35 casos para cada 100 mil habitantes ao longo de sete dias.

Vacinas e exames abrangentes poderiam permitir “uma abordagem mais diferenciada regionalmente”, disse Merkel na entrevista ao jornal, publicada na internet nesta quarta-feira.

FDA autoriza conservação de vacina da Pfizer em temperatura mais alta

A Agência de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos (FDA) aprovou nessa quinta-feira (25) o armazenamento e transporte da vacina contra a covid-19 desenvolvida pela Pfizer e a parceira alemã BioNTech em temperaturas de congelador padrão por até duas semanas, em vez de instalações ultrafrias.

“Temperatura alternativa para transporte e armazenamento ajudará a aliviar a carga de aquisição de equipamentos de armazenamento ultrafrio para locais de vacinação e deve ajudar a levar a vacina a mais locais”, disse Peter Marks, diretor

do Centro de Avaliação e Pesquisa Biológica da FDA.

Na semana passada, as empresas pediram ao órgão regulador de saúde dos Estados Unidos que alterasse as exigências de temperatura para sua vacina contra covid-19, permitindo potencialmente que fosse mantida em refrigeradores de farmácia.

Novos dados foram encaminhados à FDA, em apoio a uma proposta de atualização da bula de uso emergencial que permite que as ampolas de vacina sejam armazenadas entre -25 e -15 graus Celsius por até duas semanas, como alternativa ao armazenamento em congelador de temperatura ultrafria. Reuters/ABR



Em crise com Biden, Arábia Saudita negocia comprar armas da Rússia



A Rostec, estatal russa que congrega diversas indústrias de defesa, anunciou que está negociando o fornecimento de armamentos avançados para a Arábia Saudita.

A revelação da empresa, feita na quarta (24) ao canal RT pelo seu presidente, o poderoso Serguei Tchemezov, ocorre no momento em que os Estados Unidos colocam pressão sobre o regime em Riad, ameaçando inclusive suspender vendas de armas para o aliado no Golfo Pérsico.

Na semana passada, o novo presidente americano, Joe Biden, esnobou o governante de fato do reino petrolífero, o príncipe herdeiro

Mohammed bin Salman, conhecido como MbS. Disse que falaria ao telefone com seu pai, o rei Salman.

Foi um previsível tapa na cara de MbS, a quem Biden acusa ter dado o status de “pária” para a Arábia Saudita. Sob seu comando, o país conduz uma brutal intervenção na guerra civil do Iêmen e um jornalista crítico do regime foi esquartejado na Turquia.

Na conversa com o rei, nesta quinta (25), foi deixado implícito o desconforto de Biden com o assassinato de Jamal Khashoggi, em 2018. Os serviços de inteligência americanos acusam MbS como mentor do crime, e um relatório secreto sobre o caso será revelado por Biden.

Ao mesmo tempo, o americano faz aberturas para tentar negociar a volta dos EUA ao acordo nuclear para manter o Irã, inimigo mortal dos sauditas, sem a bomba atômica. Até aqui, o movimento de Riad era o de formar uma frente ampla para enfrentar Teerã.

O antecessor de Biden, Donald Trump, não tinha esses pudores. Assinou uma carta de intenções para fornecer mais US\$ 110 bilhões (R\$ 594 bilhões) em armas para o reino em 2017.

Uma das primeiras medidas do democrata, em janeiro, foi colocar alguns desses contratos, a venda de 7.500 bombas inteligentes por US\$ 500 milhões (R\$ 2,7 bilhões).

Igor Gielow/Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Governo poderá tomar até R\$ 20,5 bilhões em crédito com bancos em 2021, define CMN



O CMN (Conselho Monetário Nacional) aprovou, nesta sexta-feira (26), o limite anual para contratação de crédito do setor público com instituições financeiras. Com isso, o governo poderá tomar até R\$ 20,5 bilhões em 2021.

O valor é R\$ 100 milhões superior ao aprovado no ano anterior. Do total, R\$ 9 bilhões poderão ter garantia da União.

Entre os empréstimos que não terão garantia, o limite é de R\$ 11 bilhões para governos estaduais e municipais e de R\$ 500 milhões para o governo federal.

“Esse limite global está alinhado às projeções de resultado fiscal dos entes subnacionais e à meta de resultado fiscal das empresas estatais federais, conforme

disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021”, disse o Ministério da Economia, em nota.

“O limite de R\$ 20,5 bilhões estabelecido para 2021 é similar ao autorizado em 2020, que totalizou R\$ 20,4 bilhões ao final daquele exercício, e inferior aos limites autorizados em 2018, de R\$ 24,0 bilhões, e em 2019, de R\$ 24,5 bilhões”, afirmou o texto.

O CMN também aprovou o balanço do Banco Central (BC) de 2020. O resultado apurado foi positivo em R\$ 469,6 bilhões, maior parte fruto do lucro com as operações cambiais e com as reservas internacionais, que cresceram no período em razão da alta do dólar.

No primeiro semestre, o resultado foi positivo em R\$ 503,2 bilhões. Em agosto,

o conselho aprovou repasse de R\$ 325 bilhões da autoridade monetária ao Tesouro Nacional para financiamento da dívida, que apresentou crescimento expressivo com a pandemia de Covid-19 e os gastos emergenciais.

Pela lei de maio de 2019, o BC não é mais obrigado a repassar o lucro com operações cambiais ao Tesouro. Para isso, foi criada a reserva de resultados, onde são contabilizadas essas quantias. Quando a autarquia tem prejuízo, o montante é usado para cobrir a diferença.

A legislação permite, no entanto, que valores desse resultado sejam repassados à União para custeio da dívida pública “quando severas restrições nas condições de liquidez afetarem de forma significativa o seu refinanciamento”.

Larissa Garcia/Folhapress

Economistas do Itaú passam a ver alta juros de 2% para 5% já em 2021



Os economistas do Banco Itaú preveem agora alta forte de juros em 2021. Estimam que o Banco Central deve aumentar a Selic dos atuais 2% para 5% ao ano já no final deste 2021 (antes, esperavam tal mudança para o final de 2022). A taxa básica do BC começaria a aumentar em 0,5 ponto percentual a partir de março, estimam.

Motivos? “Inflação ainda bastante pressionada no curto prazo, especialmente em razão do aumento de preços de commodities”, aumento de despesas além do teto de gastos, com quase certa aprovação do novo auxílio emergencial, e o risco de antecipação do aperto monetário nos Estados Unidos. Isto é, o Fed, o Banco Central deles,

Bares voltarão a fechar e restaurantes terão horário de funcionamento restrito em São Paulo

A região da Grande São Paulo foi uma das que retrocedeu para a fase laranja do Plano São Paulo. O anúncio foi feito nesta sexta-feira (26), pelo governador João Doria, do PSDB, e passa a valer a partir desta segunda-feira, dia 1º de março.

Com o endurecimento, restaurantes poderão funcionar até as 20h. Bares, por sua vez, têm o funcionamento proibido -a não ser que estejam servindo refeições. Se for o caso, operam sob as mesmas regras que os restaurantes.

A norma para a venda de bebidas alcoólicas dentro dos estabelecimentos continua a mesma. Elas só podem ser adquiridas e consumidas até as 20h. A venda sem restri-

ções de bebidas está prevista somente na fase verde do plano estadual.

Além disso, todos os estabelecimentos comerciais têm de ter no máximo 40% de sua capacidade ocupada e trabalhar por até oito horas por dia.

Na fase laranja, parques estaduais continuam abertos.

Doria também anunciou que publicou decreto que permitirá que a polícia prenda pessoas que desrespeitem o toque de restrição, a partir das 23h, se houver resistência, entre outras medidas que fazem parte de uma força-tarefa contra aglomerações.

Em outras ocasiões, antes mesmo do decreto, Doria já havia falado que a polícia poderia prender pessoas que fizessem aglomerações. Folhapress



deve retirar estímulos devido à retomada da economia americana, impulsionada de resto por mais gastos do governo.

Assim, haveria pelo menos dois impulsos para a desvalorização do real, o que teria impacto na inflação. No caso de não haver alguma contrapartida, ao menos futura, de contenção de despesas do governo federal, o aperto das condições financeiras seria ainda maior, com impacto no crescimento econômico maior já em 2021, mas especialmente em 2022.

Nas contas dos economistas, apenas em 2023 faria seria ativado o “gatilho” de contenção de gastos com servidores e outras despesas obrigatórias previsto na proposta de emenda constitucional que o governo pa-

trocina no Congresso (a que prevê o novo auxílio, estado de calamidade nacional e medidas de ajuste fiscal).

O pessoal do Itaú espera que o novo auxílio alcance 40 milhões de pessoas, com um benefício de R\$ 300, pago em quatro parcelas. O custo total, portanto, seria de R\$ 48 bilhões. Descontado o dinheiro que seria gasto com Bolsa Família (essas pessoas passariam a receber o auxílio), trata-se de uma despesa nova de mais de R\$ 36 bilhões (estas contas não são do Itaú).

O banco estima assim que o déficit primário (receitas menos despesas do governo federal, afóra gastos com juros) seria de R\$ 215 bilhões (2,5% do PIB), ante estimativa anterior de R\$ 175 bilhões (2,1% do PIB).

Política

Lira é derrotado, e Câmara desiste de votar a jato proposta que amplia blindagem a deputados



Sob críticas da opinião pública, de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) e de deputados, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), recuou da intenção de tratorar a tramitação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da imunidade parlamentar.

Em vez de votar a PEC nesta sexta-feira (26), Lira, visivelmente insatisfeito, decidiu acatar a proposta de partidos de esquerda e de deputados contrários à tramitação acelerada e enviou a proposição para uma comissão especial, que fará a análise do mérito do texto.

Ao anunciar a decisão, Lira afirmou que outros líderes partidários respaldaram, na semana passada, a possi-

bilidade de acelerar a tramitação da proposição e criticou os apelidos dados à proposta. “Essa não deveria ser chamada PEC da imunidade. Deveria ser chamada PEC da democracia”, afirmou.

O líder do centrão lamentou a falta de acordo sobre o texto e afirmou que o procedimento havia sido combinado com outros líderes partidários. “Essa Casa de novo hoje não consegue consensuar a alteração de um artigo. Não é um código, é de um artigo”, disse. “Não trago essa situação toda para mim, porque a situação é de todos nós.”

Os líderes deverão fazer a indicação dos membros até a próxima segunda (1º).

O rito tradicional de uma PEC exige a votação da admissibilidade pela CCJ (Co-

missão de Constituição e Justiça), para avaliar se atende aos princípios constitucionais, e o envio a uma comissão especial, responsável por avaliar o mérito da proposição. Só depois o texto segue para apreciação em plenário.

Na pandemia, a tramitação foi acelerada para votar textos considerados necessários para dar ao Estado instrumentos para enfrentar a crise sanitária - caso da PEC do Orçamento de Guerra - ou para mudar o calendário das eleições municipais.

O problema identificado por alguns congressistas foi atribuir o mesmo senso de urgência a uma PEC que era vista como forma de legislar em causa própria e que gerou forte desconforto junto a ministros do STF.

Após atritos, presidente do BB avisa Bolsonaro que não quer mais seguir no cargo

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) foi informado na quinta-feira (25) que o presidente do Banco do Brasil, André Brandão, não pretende seguir no cargo.

Segundo assessores presidenciais, a informação foi transmitida ao presidente pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que defende a permanência do economista à frente da instituição financeira.

Após desavenças em janeiro com Brandão, Bolsonaro manifestou interesse em trocá-lo do cargo, mas não pretendia fazê-lo agora, so-

bretudo para não gerar mais desgaste após a intervenção na Petrobras.

Apesar de integrantes do bloco do centrão manifestarem interesse na indicação do cargo, o presidente disse a integrantes do governo que quer um nome com experiência no setor bancário, já que, na avaliação dele, a instituição financeira é estratégica para o governo federal.

Desde quinta-feira (25), um nome que vem sendo defendido no Palácio do Planalto é o do atual presidente do Banco de Brasília, Paulo Henrique Costa.

Gustavo Uribe/Folhapress



Saída proposta para Pazuello opõe Bolsonaro ao Exército



O presidente Jair Bolsonaro estuda o que considera uma saída honrosa para tirar o ministro Eduardo Pazuello da Saúde: promovê-lo a um grau hierárquico hoje inexistente no Exército.

Só que a mera ideia, que circulou no começo do mês e voltou a ganhar força, gerou grande contrariedade no Alto-Comando do Exército, que discutiu o tema durante uma reunião regular nesta semana.

Há forte resistência ao arranjo proposto, que parece de execução quase impossível. Se Bolsonaro insistir, terá uma crise contratada.

A proposta surgiu após o aumento da pressão do centrão para retomar a pasta, que

comandou no governo Michel Temer (MDB), e pelo fracasso gerencial de Pazuello evidenciado pelo agravamento da pandemia de Covid-19 no país.

O centrão quer a volta do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), para o cargo que já ocupou.

Pazuello é general-de-divisão da ativa. Só que ele é um intendente, ou seja, militar que cuida de logística, para quem as três estrelas sobre o ombro são o topo da carreira.

Na ideia formulada na Casa Civil a pedido de Bolsonaro, o decreto 3.998/2001, que regula a lei 5.812/1972, seria alterado para permitir que um intendente vire ge-

neral-de-exército, quatro estrelas e cume hierárquico na Força.

Há um consenso relativo no Planalto de que a manobra é exequível legalmente, mas ela esbarra num detalhe: o regimento interno do Exército e o princípio de hierarquia.

Só podem ser promovidos a oficiais-generais nomes indicados pelo Alto-Comando, um colegiado que reúne o comandante da Força e 15 chefes militares.

Há uma série de condições para isso, a começar pela antiguidade. Um militar só pode ficar no generalato no máximo por 12 anos, divididos de forma mais ou menos equânime entre os três graus hierárquicos.

Igor Gielow/Folhapress

EZZE SEGUROS S.A.

CNPJ nº 31.534.848/0001-24

EZZE SEGUROS

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 50 - 10º andar
Vila Nova Conceição - São Paulo/SP - CEP 04543-000
ezzeseguros.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, É com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras de EZZE Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **Sobre nós:** A EZZE Seguros iniciou suas operações em outubro de 2019. Suas políticas foram construídas com os melhores conceitos de governança e práticas de mercado, principalmente quando falamos de subscrição e precificação. Atuamos em diversos ramos de seguros, nosso portfólio conta com produtos voltados para áreas de Seguros de Vida, Transportes, Patrimoniais, Reservas e Multiriscos. Neste momento, estamos empenhados na manutenção e melhorias das plataformas tecnológicas já construídas assim como a implementação de novas soluções de negócios visando maior agilidade e comodidade aos nossos clientes e parceiros de negócio. **Desempenho:** O ano de 2020 foi o primeiro exercício completo de atividades comerciais da EZZE Seguros, o total de prêmios ultrapassou o R\$ 152

milhões. Essa performance reflete o resultado de ações implementadas pela administração, estando em linha com sua visão de solidez, crescimento orgânico, rigidez na aceitação de risco e metas de longo prazo. As despesas administrativas estão sob forte controle orçamentário, absolutamente em linha com o que foi planejado para o momento da Seguradora. **Cenário Econômico:** O COVID 19 trouxe novos desafios ao cenário econômico do país, no entanto não emergiram impactos significativos na nossa operação, resultado da estratégia de negócios e capacidade de adequação rápida frente a cenários adversos. Acreditamos que a fase mais grave da pandemia ficou para trás. A evolução dos programas de vacinação em massa trará a normalidade e progressivamente a confiança para consumo e investimentos reaquecendo a economia. Outro potencial, o avanço em reformas institucionais viabilizará a retomada de investimentos privados, principalmente no setor de infraestrutura gerando um ambiente amplamente favorável à indústria

de seguros. **Perspectivas 2021:** Manteremos o foco na consolidação de soluções tecnológicas e na qualificação dos processos organizacionais. Permaneceremos concentrando esforços no desenvolvimento de negócios, em consonância com o direcionamento estratégico. **Recursos Humanos:** A EZZE Seguros mantém em seu quadro profissionais com vasta experiência em suas áreas de atuação, este capital intelectual lhe proporciona condições plenas de se manter altamente competitiva frente aos seus concorrentes. A administração está comprometida com este processo contínuo de formação e aperfeiçoamento da equipe. **Distribuição de Dividendos:** Os acionistas têm direito a receber, como dividendo, no mínimo 25% do lucro líquido ajustado em cada exercício, salvo deliberação contrária em virtude de capitalização dos resultados, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. São Paulo, 25 de fevereiro de 2021

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo Circulante		142.891	47.302	Passivo Circulante		156.618	16.550
Disponível	4.b	1.636	820	Contas a pagar		3.872	133
Caixa e bancos		1.078	10	Obrigações a pagar	8	2.102	-
Equivalente de caixa		558	810	Impostos e encargos sociais a recolher	9	1.300	95
Aplicações	4.b/5	10.612	28.551	Encargos trabalhistas		195	14
Créditos das operações com seguros e resseguros		80.129	12.406	Impostos e contribuições		275	24
Prêmios a receber	4.b/6	75.153	12.406	Débitos das operações com seguros e resseguros		84.698	11.724
Operações com seguradoras	4.b	4.976	-	- Prêmios a restituir		37	-
Outros créditos operacionais		202	3.341	Operações com seguradoras	10	11.577	-
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	4.a/13	34.670	3.341	Operações com resseguradoras	11	57.318	8.186
Títulos e créditos a receber		414	501	Corretores de seguros e resseguros	12	15.750	3.538
Créditos tributários e previdenciários	7.a	61	-	Outros débitos operacionais		16	-
Outros créditos		353	501	Depósito de terceiros		1.818	184
Outros valores e bens		2	-	Provisões técnicas - seguros	4.a/13	66.230	4.509
Bens a venda		2	-	- Danos		65.128	4.509
Despesas antecipadas		3.222	571	Pessoas		1.102	-
Custos de aquisição diferidos	13	12.004	1.112	Passivo não circulante		85.748	13.308
Ativo não circulante		125.425	12.054	Contas a pagar		517	347
Realizável a longo prazo		124.963	11.601	Obrigações a pagar	8	291	-
Aplicações	4.b/5	55.076	-	- Tributos diferidos	7.b	226	347
Créditos das operações com seguros e resseguros		14.803	2.124	Débitos das operações com seguros e resseguros		11.455	1.454
Prêmios a receber	4.b/6	14.258	2.124	Operações com seguradoras	10	3.251	-
Operações com seguradoras	4.b	545	-	Operações com resseguradoras	11	5.516	1.029
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	4.a/13	37.085	5.597	Corretores de seguros e resseguros	12	2.688	425
Títulos e créditos a receber		2.904	721	Provisões técnicas - seguros	4.a/13	73.776	11.507
Créditos tributários e previdenciários	7.a	2.904	721	Danos		73.776	11.507
Custos de aquisição diferidos	13	15.095	3.159	Patrimônio líquido	14	25.955	29.498
Imobilizado		462	453	Capital social		30.000	30.000
Bens móveis		396	330	Ajuste de avaliação patrimonial		(42)	-
Outras imobilizações		66	123	Prejuízos acumulados		(4.008)	(502)
Total do ativo		268.316	59.356	Total do passivo e patrimônio líquido		268.316	59.356

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A EZZE Seguros S.A. (doravante EZZE Seguros), é uma sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 31.534.848/0001-24, está estabelecida na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 50, 10º Andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04543-000. Foi constituída em 08/08/2018, transformada em seguradora conforme AGE de 16/09/2019. Teve sua autorização para operar através da Portaria SUSEP nº 7.519, de 25/09/2019. As operações de comercialização de seguros efetivamente iniciaram em outubro de 2019. A EZZE Seguros está autorizada a operar em seguros de danos e pessoas em todo território nacional.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em consonância com a Circular nº 517/15 e alterações, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As demonstrações são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 25/02/2021.
b) Continuidade: A Administração avaliou a habilidade da EZZE Seguros em continuar operando normalmente e possuiu recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Em 31 de dezembro de 2020, o capital circulante líquido da EZZE é negativo em R\$ 13.727. O principal fator para essa ocorrência é a maior rentabilidade para aplicações em títulos públicos adquiridos em longo prazo. O fato do capital circulante apresentar-se negativo em 31 de dezembro de 2020, não prejudica sua capacidade de honrar compromissos de curto prazo, pois os investimentos com vencimento de longo prazo são altamente líquidos no mercado financeiro, podendo ser negociados a qualquer momento. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio de continuidade.
c) Base para mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: - Instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; e - Provisões técnicas e ativos de resseguros, mensurados de acordo com as determinações da SUSEP.
d) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da EZZE Seguros, e moeda do principal ambiente econômico em que opera, expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificadas entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.
e) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da EZZE Seguros e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. - **Notas 3.1 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro;** - **Notas 3.d e 5 - Aplicações (Instrumentos Financeiros);** e - **Notas 3.j e 13 - Provisões técnicas.**
f) Ativos de Resseguro de Valores: Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados com uma aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.
g) Segregação entre circulante e não circulante: A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: - Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e - Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
h) Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Até a data da publicação destas demonstrações financeiras, a SUSEP não havia referendado o CPC 06 (R2) e o CPC 48, que já estão vigentes. Sendo assim, não há impactos para a Seguradora no período atual. Essas normas e interpretações serão aplicadas quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conforme segue: - **CPC 6 (R2) - Operações com arrendamento mercantil:** O IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial das companhias arrendatárias, reconhecendo um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Benefícios operacionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o CPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º/01/2019. - **CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9):** Dentre as normas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se o Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 - Instrumentos Financeiros; Reconhecimento e Mensuração. Em 18/05/2018, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguros substituindo a IFRS 4 - Contratos de Seguro. A IFRS 17 é efetiva para períodos anuais que iniciem em ou após 1º/01/2021 e quando referendada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pela SUSEP, conforme segue: - **IFRS 17 Contratos de Seguro:** A IFRS 17 estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros emitidos utilizando como mensuração o valor presente dos fluxos de caixa de cumprimento esperados, mais uma margem de risco não financeiro para refletir o valor que a Seguradora requer para suportar a incerteza sobre o valor a época destes fluxos de caixa. A abordagem de alocação de prêmio (the "premium allocation approach") estabelece uma abordagem semelhante à contabilidade atual para mensuração do passivo por cobertura remanescente (prêmios não ganhos) e a apropriação da receita de seguros. Esta abordagem é geralmente utilizada para apólices que fornecem cobertura para doze ou menos meses. Para as apólices que não forem mensuradas pela abordagem de alocação de prêmio, a IFRS 17 determina a mensuração por outras métricas que incluem o modelo geral de mensuração o qual estabelece que a mensuração por fluxos de caixa de cumprimento e uma margem de risco que representa a parcela de lucro não ganho. A IFRS 17 determina que uma empresa reconheça lucros à medida que entrega cobertura de seguros. (i) **Análise de impactos trazidos pela COVID-19:** Praticamente toda a equipe da EZZE Seguros, incluindo executivos, gestores e demais funcionários, seguem trabalhando em regime domiciliar, com todos os processos operacionais em pleno funcionamento. Nosso plano de retomada monitorando das atividades às estruturas físicas da EZZE Seguros seguirá as recomendações de especialistas em saúde e segurança e está pautado na cautela, visando garantir a integridade física dos colaboradores, parceiros e clientes. Mantemos o monitoramento temporário de sua liquidez e solvência e vem adotando medidas para garantir sua manutenção em níveis adequados, considerando prioridades neste atual ambiente. Com este intuito, foi intensificado o rigido controle de desembolsos financeiros (custos, despesas e investimentos), preservando, porém os investimentos programados em suas operações para o lançamento de novos produtos e expansão de negócios. Até à conclusão destas demonstrações financeiras não consideramos que houve efeitos negativos no desempenho econômico/financeiro da EZZE Seguros decorrentes da pandemia, porém devido às incertezas quanto a evolução deste cenário, deve-se ainda manter o monitoramento ao longo dos próximos meses. A Administração mantém o foco da EZZE Seguros no atendimento de qualidade a todos os seus clientes, corretores e colaboradores.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por depósitos

bancários sem vencimento que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizadas pela EZZE Seguros para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. **b) Apropriação do resultado:** As despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **c) Reconhecimento de receita:** Os prêmios de seguros e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou futura e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando o transcorrer da vigência do risco. Os saldos relativos aos riscos vigentes, mas não emitidos são calculados com base em metodologia atuarial. - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. - As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. **d) Instrumentos financeiros:** 1. **Ativos financeiros:** A EZZE Seguros classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado,** (ii) **ativos financeiros disponíveis para venda,** (iii) **ativos financeiros mantidos até o vencimento e (iv) empréstimos e recebíveis.** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A EZZE Seguros gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desviam-se de ativos não reconhecidos no resultado do período. **ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Na data das demonstrações financeiras, a EZZE Seguros não possuía ativos financeiros classificados nessa categoria. **iii) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre o ganho não realizado. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado é transferido para o resultado. Os juros são reconhecidos no resultado. **iv) Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem substancialmente "Créditos das operações com seguros e resseguros" e "Títulos e créditos a receber". **v) Determinação do valor justo:** Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Agência Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Os fundos de investimento são valorizados com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme apurado e informado pelos gestores dos respectivos fundos. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e B3-Brazil, Bólsão e Balcão S.A. **vi) Redução do valor recuperável dos ativos financeiros:** A EZZE Seguros avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. **vii) Redução ao valor recuperável de prêmios a receber:** A EZZE Seguros constitui redução ao valor recuperável sobre os prêmios vencidos a mais de 60 dias, utilizando como base a parcela decorrida dos prêmios pendentes do mês de fechamento, líquidos de Conseguro e Resseguro. **viii) Redução ao valor recuperável de sinistros pagos a recuperar:** A EZZE Seguros constitui redução ao valor recuperável sobre os ativos por contrato de resseguro quando houver evidências objetivas e de acordo com as análises operacionais de que os valores acima de 180 dias possam não ser recebidos. **ix) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende móveis e utensílios, equipamentos e instalações utilizados na condução dos negócios da EZZE Seguros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do custo. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuídos para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado e reconhecidos com um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluir para a EZZE Seguros e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos:
Grupo de ativo | **Vida útil estimada** | **Depreciação ao ano %**
Móveis e utensílios | 10 anos | 10,00%
Equipamentos | 05 anos | 20,00%
Instalações | 03 anos | 33,33%
f) Ativo intangível: Composto por gastos de desenvolvimento interno de sistema, incluindo os custos de mão de obra direta, são reconhecidos como ativo intangível somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável e quando os benefícios econômicos futuros forem prováveis e existir ainda a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento desse sistema. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos. **g) Imparidade de ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **h) Custos de aquisição diferidos:** Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Os custos diretos e indiretos incorridos, decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguro, são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Os custos de aquisição diferidos são baixados quando da venda ou liquidação dos respectivos contratos. **i) Classificação dos contratos de seguros:** Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o seguro no caso de um acontecimento futuro incerto específico. Os contratos de resseguro também são classificados como "Contratos de seguros", pois presuppõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios e princípios das operações de seguros e registrados contabilmente, conforme determina a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou futuras e reconhecidos no resultado conforme decorre a vigência do risco. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "pro rata-dia" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **j) Provisões técnicas - Seguros e Resseguros:** Face ao curto período de operação da EZZE Seguros, algumas das provisões descritas a seguir ainda não foram constituídas em função da ausência de fato gerador. - As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular SUSEP nº 517/15, da Resolução CNSP nº 321/15, e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir: - Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG), representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado

de seguros. **Perspectivas 2021:** Manteremos o foco na consolidação de soluções tecnológicas e na qualificação dos processos organizacionais. Permaneceremos concentrando esforços no desenvolvimento de negócios, em consonância com o direcionamento estratégico. **Recursos Humanos:** A EZZE Seguros mantém em seu quadro profissionais com vasta experiência em suas áreas de atuação, este capital intelectual lhe proporciona condições plenas de se manter altamente competitiva frente aos seus concorrentes. A administração está comprometida com este processo contínuo de formação e aperfeiçoamento da equipe. **Distribuição de Dividendos:** Os acionistas têm direito a receber, como dividendo, no mínimo 25% do lucro líquido ajustado em cada exercício, salvo deliberação contrária em virtude de capitalização dos resultados, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. São Paulo, 25 de fevereiro de 2021

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota	2020	2019
Prêmios emitidos	4.a	152.856	16.634
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(118.048)	(15.932)
(=) Prêmios ganhos	18.a	34.808	702
(-) Sinistros ocorridos	18.b	(6.238)	(84)
(-) Custos de aquisição	18.c	(7.834)	(181)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	18.d	(281)	-
(=) Resultado com resseguro	18.e	(12.031)	(277)
(+) Receita com resseguro		4.133	69
(-) Despesa com resseguro		(16.164)	(346)
(-) Despesas administrativas	18.f	(15.180)	(2.604)
(-) Despesas com tributos	18.g	(1.382)	(70)
(=) Resultado financeiro	18.h	2.479	1.725
(=) Resultado operacional		(5.659)	(789)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		(5.659)	(789)
(-) Imposto de renda	20	1.460	197
(-) Contribuição social	20	876	118
(-) Participações sobre o lucro		(183)	-
(=) Prejuízo do exercício		(3.506)	(474)
(/) Quantidade de ações		41.100.000	41.100.000
(=) Prejuízo por ação		(0,09)	(0,01)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(3.506)	(474)
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos disponíveis para venda	70	-
Efeito tributário do ajuste de avaliação patrimonial	(28)	-
Total do resultado abrangente do exercício	(3.548)	(474)

no decorrer dos prazos de vigência dos seguros. O cálculo é individual por apólice ou ondo dos contratos vigentes na data base de constituição, pelo método "pro rata-dia", tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou ondo ou a data de início de vigência, o que ocorrer primeiro. - A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE), representa o ajuste da PPNG dada a existência de riscos assumidos, cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada com base em metodologia atuarial, baseada no histórico de emissões em atraso de cada ramo operacionalizado ou na média de mercado para ramos que ainda não possuem histórico de emissões na EZZE Seguros. - A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa das obrigações a pagar, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, brutas das operações de resseguro, incluindo as operações de conseguro aceito e líquidas das operações de conseguro cedido e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial. Adicionalmente, a PSL abrange os valores relativos às indenizações, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultados de sentença transitada em julgado. Para determinação do valor provisório dos sinistros em discussão judicial, o departamento jurídico e assessores jurídicos da EZZE Seguros seguem os parâmetros estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15. Neste sentido, emitem um parecer contendo a probabilidade de perda, sendo que as avaliações são feitas com base na importância segurada, posição jurisprudencial em casos análogos e qualidade dos documentos produzidos pela EZZE Seguros. - A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros. Esta provisão abrange as despesas, alcôves ou não alcôves, relacionadas à liquidação de indenização ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não. - A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das Demonstrações Financeiras. Esta provisão é calculada com base em método atuarial que aplica a melhor estimativa com base no histórico em relação aos sinistros ocorridos e não avisados, conforme definido em Nota Técnica Atuariais. - A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não suficientemente provisionados (IBNEF) é constituída por meio de estimativa atuarial para cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final, conforme definido em Nota Técnica Atuariais. **k) Teste de adequação dos passivos (TAP):** Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de seguros, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos (TAP), para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. O TAP considera premissas atuais e a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros. Caso seja identificada deficiência no teste, a EZZE Seguros registra a perda imediatamente como despesa no resultado do período, constituindo a provisão PCC no caso de insuficiência na PPNG, ou ajustando as provisões de passivos de seguros já registrados na data do teste. Para esse teste foi adotada uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa brutos de seguros, trazidos a valor presente, com base na taxa livre de risco, conforme determinações constantes na Circular SUSEP nº 517/15, que também incluem as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros utilizando-se premissas atuais e de teste. O teste de adequação dos passivos, realizado em 31/12/2020, não indicou a necessidade de registro da Provisão Complementar de Cobertura (PCC). As principais premissas utilizadas foram: - **Taxa de Juros:** Taxa de juros livre de risco pré-fixada (ETI); - **Sinistralidade:**

Grupo	2020	2019
Patrimonial	40	

EZZE SEGUROS S.A.

identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas e normas internas, tendo como objetivo final desenvolver sua carteira de seguros de forma conservadora e rentável. A estratégia de subscrição visa diversificar, de forma padronizada, as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e o atendimento às necessidades dos clientes. Baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de volatilidade nos resultados e severidade dos sinistros. A política de precificação de riscos abrange todos os ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas técnicas e atuárias. O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento da performance de cada produto, bem como possibilita avaliar a eventual necessidade de alterações. **Política de resseguro:** Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos pela EZZE Seguros, foi definida a política de resseguro, a qual é renovada, no mínimo, anualmente. As diretrizes de resseguro contêm os riscos a ressegurar (limites de retenção e aceitação por ramo), critério de escolha dos resseguradores e parâmetros de distribuição de resseguros. Os contratos de resseguros firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento do risco de severidade. Cabe destacar que as retenções fixadas em contratos de resseguro são iguais ou inferiores aos limites técnicos fixados com a SUSEP, em conformidade com a legislação vigente. **Risco de crédito:** A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos por meio do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. A EZZE Seguros dispõe das seguintes políticas e procedimentos visando mitigar sua exposição ao risco de crédito: • Política de risco de crédito da EZZE Seguros, sendo que a conformidade com a política é monitorada e exposições e transgressões são apresentadas para a Administração da EZZE Seguros. A pertinência da política e as mudanças no ambiente de risco são revistas periodicamente. • Os limites líquidos de exposição são estabelecidos para cada contraparte ou grupos de contrapartes, segmentos por área geográfica ou setor (ou seja, são estabelecidos limites para investimentos, depósitos à vista, exposições cambiais e classificação mínima de risco de crédito para investimentos que podem ser mantidos). • O resseguro é realizado com contrapartes que possuem boas classificações de crédito e a concentração de risco é evitada mediante a observância das orientações previstas na política relacionada aos limites das contrapartes, estabelecidas anualmente pela diretoria e revisadas com frequência. A cada data-base, a Administração da EZZE Seguros realiza uma avaliação de crédito das resseguradoras e atualiza a estratégia de contratação de resseguro, ao mesmo tempo apurando uma provisão adequada para redução no valor recuperável. • O risco de crédito atribuído aos saldos de clientes, incorridos a partir da falta de pagamento são individualizados para os contratos firmados pela EZZE Seguros. Caso não ocorra o pagamento de uma determinada parcela, o contrato de seguro poderá ser cancelado, com o consequente cancelamento do período de risco a decorrer, sem prejuízos para a EZZE Seguros (vide nota 6). O quadro abaixo apresenta o total de ativos financeiros de acordo com a classificação de risco de crédito.

	2020				2019			
	A+	BB-	Sem rating	Total	A+	BB-	Sem rating	Total
Caixa e bancos	1.078	—	—	1.078	10	—	—	10
Quotas de fundos de investimento	—	558	—	558	—	810	—	810
Aplicações	—	65.688	—	65.688	—	28.551	—	28.551
Prêmios a receber	—	—	89.411	89.411	—	—	89.411	89.411
Operações com seguradoras	—	—	5.521	5.521	—	—	5.521	5.521
Outros créditos	—	—	353	353	—	—	501	501
Total	1.078	66.246	94.924	162.609	10	28.551	95.433	162.609

Os ratings foram atribuídos pela agência classificadora Standard & Poor's. **c) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de que uma entidade enfrente dificuldades em honrar suas obrigações associadas aos ativos e passivos financeiros. Com relação aos eventos catastróficos, há também um risco de liquidez associado às diferenças de época entre os valores brutos de saídas de caixa e a expectativa de recuperação de valores de resseguro. A EZZE Seguros dispõe das seguintes políticas e procedimentos visando mitigar sua exposição ao risco de liquidez: • A política de risco de liquidez que estabelece a avaliação e a determinação do que constitui risco de liquidez para a EZZE Seguros. A conformidade com a política é monitorada e exposições e transgressões são apresentadas para o comitê de risco da EZZE Seguros. A pertinência da política e as mudanças no ambiente de risco são revistas periodicamente. • Estabelecimento de orientações sobre apropriações de ativos, estrutura de alçadas na carteira e perfis de vencimento dos ativos, de modo a assegurar a disponibilidade dos recursos suficientes para atender às obrigações previstas nos contratos de seguro e investimento. • A EZZE Seguros concentra seus investimentos em papéis de mercados ativos, possibilitando sua realização independentemente do vencimento do título. • Os contratos de resseguro da EZZE Seguros possuem cláusulas de adiamento de despesas para o pagamento de sinistros vultosos. • Definição de planos para financiar contingências que especificam as proporções mínimas de recursos para atender às situações emergenciais, além de identificar forma específica de eventos que podem recorrer a tais planos. • A EZZE Seguros monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Abaixo demonstramos os ativos e passivos financeiros da EZZE Seguros, por data de vencimento:

	2020			2019		
	Valor Contábil	Vencidos ou a vencer em menos de 1 ano	A Vencer em mais de 1 ano	Valor Contábil	Vencidos ou a vencer em menos de 1 ano	A Vencer em mais de 1 ano
Caixa e bancos	1.078	1.078	—	10	10	—
Equivalente de caixa	558	558	—	810	810	—
Ativos financeiros	65.688	10.612	55.076	28.551	28.551	—
Prêmios a receber	89.411	75.153	14.258	14.530	12.406	2.124
Operações com seguradoras	5.521	4.976	545	—	—	—
Outros créditos operacionais	202	202	—	—	—	—
Ativos de resseguro	71.755	34.670	37.085	8.938	3.341	5.597
Títulos e créditos a receber	3.318	414	2.904	1.222	501	721
Outros valores e bens	2	2	—	—	—	—
Despesas antecipadas	3.222	3.222	—	571	571	—
Custos de aquisição diferidos	27.099	12.004	15.095	4.271	1.112	3.159
Total de ativos	267.854	142.891	124.963	58.903	47.302	11.601
Passivos						
Contas a pagar	4.389	3.872	517	481	134	347
Débitos das operações com seguros e resseguros	96.153	84.698	11.455	13.778	11.724	1.454
Depósitos de terceiros	1.818	1.818	—	183	183	—
Provisões técnicas seguros	140.006	66.230	73.776	16.016	4.509	11.507
Total de passivos	242.366	156.618	85.748	29.858	16.550	13.308
Liquidez geral	25.488		29.045			

d) Risco de mercado: O risco de mercado compreende três modalidades de risco: taxa de câmbio (risco de moeda), taxa de juros de mercado (risco de taxa de juros) e preços de mercado (risco de preço). A política para risco de mercado visa: Definir a apropriação de ativos e a estrutura na carteira, visando assegurar que os ativos lastreiem passivos específicos de seguradora. • A EZZE Seguros adota como política de investimentos, a concentração de seus investimentos em títulos federais, ou em fundos de renda fixa compostos principalmente por títulos públicos federais. Desta forma, a única exposição ao risco nos investimentos é o risco sistêmico do país. **d.1) Risco por moeda:** **i. Sensibilidade à variação cambial:** A EZZE Seguros não estava exposta aos riscos decorrentes de variações cambiais em 31/12/2020 e 2019. **d.2) Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros consiste no risco de flutuações no valor ou nos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido às variações nas taxas de juros de mercado. Os instrumentos de renda fixa expõem a EZZE Seguros a risco de juros a valor justo. A política adotada para o risco de taxa de juros determina que a Seguradora administre tal risco mantendo uma combinação adequada entre instrumentos a juros fixos e a juros variáveis. **i. Sensibilidade à taxa de juros:** A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. Utilizamos como premissa a variação em 1% na taxa básica de juros, e calculamos o impacto causado nos preços dos títulos públicos federais pré-fixados, por meio das metodologias de cálculo das PU's de cada tipo de ativo. A partir desta simulação de preços ajustados para a nova taxa de juros, podemos calcular o impacto sobre o valor dos ativos da EZZE Seguros e, consequentemente, o impacto no patrimônio líquido e resultado.

Classe de ativo	Variação das premissas	2020		2019	
		Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado			
Ativos pós-fixados - públicos	aumento de 1% no IPCA	147	101	—	—
Ativos pós-fixados - públicos	redução de 1% no IPCA	(146)	(100)	—	—

e) Risco Operacional: A EZZE Seguros define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, erros e omissões pelos colaboradores, sistemas de informações inadequados ou falhos, extrapolação de autoridade dos colaboradores, desempenho insatisfatório, falhas na adoção dos critérios de subscrição, fraudes e eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de riscos operacionais na EZZE Seguros é realizada por toda a diretoria por meio da avaliação e melhorias dos procedimentos operacionais.

f) Risco de Capital: A EZZE Seguros executa suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo de atender aos requerimentos de capital mínimo, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP, e para manter o retorno sobre o capital para os acionistas. A EZZE Seguros mantém níveis de capital dentro dos requerimentos mínimos regulatórios, conforme nota 16.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Carteira de aplicações por vencimentos:

Ativos financeiros disponíveis para venda	2020		2019	
	Sem vencimento	Acima de 365 dias	Ajuste ao valor de mercado	Valor contábil/mercado
Circulante				
Quotas de Fundos de Investimento	6.531	—	6.531	100%
Ações	3.500	581	4.081	6%
Total circulante	10.031	581	10.612	16%
Não circulante				
Letras do Tesouro Nacional	—	3.643	52	5%
Letras Financeiras do Tesouro	—	20.482	(134)	31%
Notas do Tesouro Nacional - B	—	26.466	(530)	40%
Notas do Tesouro Nacional - F	—	5.193	(96)	8%
Total não circulante	—	55.784	(708)	84%
Total	10.031	55.784	(127)	100%

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Títulos de renda fixa:	2020		2019	
	Acima de 365 dias	Ajuste ao valor de mercado	Valor contábil/mercado	Taxa de Juros por papel aa
Letras do Tesouro Nacional	3.301	95	3.396	12%
Letras Financeiras do Tesouro	6.721	(6)	6.715	24%
Notas do Tesouro Nacional - B	17.661	779	18.440	65%
Total	27.683	868	28.551	100%

Os títulos da Seguradora são atrelados às reservas soberanas do país, as quais possuem classificação de risco BB- (Standard & Poor's), exceto as Quotas de Fundos de Investimentos. **b) Hierarquia dos ativos financeiros:** **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **Nível 3:** inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c) Movimentação dos títulos e valores mobiliários:

Ativos financeiros disponíveis para venda	Saldo em 2019		Aplicações		Resgates		Rendimentos		Ajuste ao valor de mercado		Saldo em 2020	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Renda fixa: Letras do Tesouro Nacional	3.396	3.001	(3.009)	255	—	—	—	—	—	—	52	3.695
Letras Financeiras do Tesouro	6.715	19.594	(6.001)	20.348	—	—	—	—	—	—	(134)	20.348
Notas do Tesouro Nacional - B	18.440	14.196	(7.897)	1.727	—	—	—	—	—	—	(530)	25.936
Notas do Tesouro Nacional - F	—	4.999	(96)	5.097	—	—	—	—	—	—	(96)	5.097
Quotas de Fundos de Investimento	—	20.753	(14.288)	66	—	—	—	—	—	—	—	6.531
Renda variável: Ações	—	3.500	—	—	—	—	—	—	—	—	581	4.081
Total	28.551	65.953	(31.276)	2.587	(127)*	—	—	—	—	—	868	65.688

(* O saldo de R\$ (127) refere-se ao ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação, de janeiro a fevereiro de 2020, de R\$ (57) (vide nota 18.h) e ao ajuste a valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda, a partir/03/2020, de R\$ (70) (vide Demonstração dos Resultados Abrangentes).

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Renda fixa:	Saldo em 2018		Aplicações		Resgates		Rendimentos		Ajuste ao valor de mercado		Saldo em 2019	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Letras do Tesouro Nacional	—	3.164	—	—	—	—	—	—	—	—	95	3.396
Letras Financeiras do Tesouro	—	14.836	(8.228)	113	—	—	—	—	—	—	(6)	6.715
Notas do Tesouro Nacional - B	—	22.991	(5.837)	507	—	—	—	—	—	—	779	18.440
Total	—	40.991	(14.065)	757	—	—	—	—	—	—	868	28.551

Instrumentos financeiros derivativos: Em 31/12/2020 e 31/12/2019 não havia contratos envolvendo operações de instrumentos financeiros derivativos.

6. PRÊMIOS A RECEBER

a) Prêmio a receber por ramo e por vencimento:

Ramos	2020						Total
	Média de parcelamento (mês)	01 a 30 dias*	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a Mais de 365 dias	
0118 - Compreensivo Empresarial	10	3	169	338	6	—	516
0167 - Riscos de Engenharia	4	1.098	7.265	1.223	608	4.394	4.244
0196 - Riscos Nomeados e Operacionais	2	279	—	—	—	—	279
0310 - R.C. de Administradores e Diretores - D&O	4	2.519	1.026	1.041	93	46	4.725
0351 - R.C. Geral	2	286	39	34	—	—	359
0378 - R.C. Profissional - E&O	4	234	70	79	12	1	396
0621 - Transporte Nacional	4	3.651	513	1.090	1.007	1.156	7.417
0622 - Transporte Internacional	1	839	—	—	—	—	839
0654 - R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	1	67	3	5	5	3	83
0655 - R.C. Trans. Desvio De Carga - RCF-DC	1	37	—	—	—	—	37
0746 - Fiança Locatícia	3	246	52	88	80	5	472
0775 - Garantia Segurado - Setor Público	1	10.795	5.670	6.469	2.069	5.681	10.013
0776 - Garantia Segurado - Setor Privado	2	2.577	1.116	1.679	1.586	3.928	10.886
0977 - Prestamista	7	—	—	—	—	—	—
0982 - Acidentes Pessoais	1	706	—	—	—	—	706
0993 - Vida	1	197	43	65	21	25	351
1329 - Funeral	12	7	7	13	13	28	68
1381 - Acidentes Pessoais	4	4	3	5	—	—	12
Total a vencer	23.545	15.976	12.129	5.500	15.267	14.258	86.675
Total vencido	2.347	88	775	3	21	—	3.234
PCLD	(330)	(46)	(114)	(2)	(6)	—	(498)
Total	25.562	16.018	12.790	5.501	15.282	14.258	89.411

(* A faixa de prêmios a vencer de 01 a 30 dias inclui os Prêmios de Riscos Vigentes e não Emitidos - RVNE, que montam o total de R\$ 14.267.

Ramos	2019							Total
	Média de parcelamento (mês)	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 dias	
0378 - R.C. Profissional - E&O	4	38	7	69	62	31	—	207
0746 - Fiança Locatícia	4	34	13	20	—	—	—	67
0775 - Garantia Segurado - Setor Público	4	1.287	289	415	265	796	2.124	5.176
0776 - Garantia Segurado - Setor Privado	4	456	901	—	—	—	—	1.814
Total a vencer	7.266	766	1.405	327	827	2.124	2.124	7.266
Total vencido	9.081	—	—	—	—	—	—	14.258

b) Movimentação de prêmios a receber:

	2020	2019
Saldo exercício anterior	14.530	—
Prêmios emitidos	226.624	20.664
Prêmios cancelados	(68.043)	(4.030)
IOF	1.334	26
Adicional de fracionamento	—	—
Riscos vigentes e não emitidos	14.267	—
Recebimentos	(98.802)	(2.130)
Constituição da provisão para redução ao valor recuperável	(498)	—
Saldo exercício atual	89.411	14.530
Circulante	75.153	12.406
Não circulante	1	

Negócios

Empresas lucram com suas causas, que vão de inclusão digital a alimentação natural



Aos poucos, crescem no Brasil os negócios de impacto, que são aqueles que se propõem a gerar benefícios à vida das pessoas e ao planeta, além do retorno financeiro.

O conceito ainda é novo no país e, por isso, mal compreendido, adverte Maure Pessanha, diretora-executiva da Artemisia, organização sem fins lucrativos de fomento de negócios de impacto social no Brasil.

“Muita gente acha que eles funcionam como ONGs, que não podem trabalhar com um fluxo de capital normal e não devem distribuir lucros. Pelo contrário, um negócio de impacto precisa ser gerido como qualquer outro”, ela diz.

Só que, tão importante quanto a gestão financeira,

segundo a especialista, é a conexão autêntica entre o empreendedor e sua causa.

Paixão pela causa é o que não falta aos sócios Viviane Palladino, 42, Lilian Glaisse, 41, e Filipe Mori, 36, fundadores da Mais Vívida.

Os três se conheceram em 2019, durante um programa de MBA, e tinham um problema em comum: parentes idosos que passavam muito tempo sozinhos em casa, sem vida social ativa. Desse incômodo, nasceu a startup.

Uma equipe de atendentes entre 18 e 35 anos ensina idosos a lidar com a tecnologia no dia a dia. Nas aulas, que custam R\$ 60 por hora ou a partir de R\$ 250 por mês, com encontros semanais, eles aprendem a navegar nas redes sociais e a usar os recursos do

smartphone, entre outras lições práticas.

Até fevereiro de 2020, a Mais Vívida realizava cem atendimentos por mês, com ticket médio de R\$ 90.

Quando veio a pandemia, os atendimentos presenciais foram inteiramente suspensos, mas aos poucos vêm sendo retomados no formato online. Para surpresa dos sócios, surgiu até um novo perfil de cliente.

A meta dos três sócios, agora, é adotar um novo modelo de negócio para turbinar o faturamento. Além de trabalhar com o consumidor final, a Mais Vívida quer ter empresas entre os seus clientes. Com isso, espera chegar ao fim de 2022 faturando R\$ 2,5 milhões.

Flávia G. Pinho/Folhapress

Agora “em carreira solo”, Assaí traça planos para desafiar liderança do Atacadão



Depois de se consolidar como a grande alavanca de crescimento do Grupo Pão de Açúcar (GPA) nos últimos anos, o Assaí terá, a partir da próxima segunda-feira, 1º de março, uma nova perspectiva.

A data vai marcar a separação oficial das operações de multivarejo do GPA e o início das negociações das ações da bandeira de atacarejo no Novo Mercado da B3.

Mais do que a mudança no mercado de capitais, a companhia passa a ter autonomia para traçar seus próprios planos. E, nesse contexto, a empresa já avalia estratégias para reduzir sua distância em relação ao Atacadão, bandeira de cash & carry do Carrefour no Brasil

JBS estuda criar empresa independente só para proteína vegetal

A demanda por hambúrgueres de carne “fake” cresce tão rápido que a JBS considera criar uma empresa global focada exclusivamente em produtos à base de plantas.

Proteína animal será um produto premium no futuro, e as pessoas terão que recorrer a alternativas de origem vegetal, que serão mais baratas, disse o diretor-presidente da JBS, Gilberto Tomazoni, em entrevista à Bloomberg. Além disso, a população mundial está crescendo e deve somar 10 bilhões em 2050. Não será possível produzir a quantidade de carne necessária para satisfazer as necessidades mundiais de proteína.

A linha “plant-based nos ajudará a reduzir esse gap de

proteínas com produtos mais acessíveis em comparação com a proteína animal, que será mais premium”, disse Tomazoni. “Vemos plant-based como um business independente no futuro.”

A JBS é apenas uma das muitas empresas tradicionais de alimentos e em expansão que apostam em substitutos da carne em meio ao maior interesse por proteínas vegetais. A demanda de consumidores disparou depois que startups como Beyond Meat e Impossible Foods popularizaram hambúrgueres vegetarianos que imitam a carne bovina. Empresas como McDonald’s e Starbucks incluíram produtos alternativos à carne em seus menus.

Exame



e líder do segmento no País.

“É um movimento assertivo, que destrava valor para os acionistas e permite que cada um invista em seu segmento”, disse Belmiro Gomes, CEO do Assaí, em conferência com analistas nesta terça-feira, 23 de fevereiro. “Já operávamos, na prática, segregados, mas temos particularidades que exigem políticas específicas para cada operação.”

Dentro desse novo horizonte e em linha com as mudanças nos padrões de consumo, um dos planos do Assaí é investir em uma operação de comércio eletrônico. Até então, observou Gomes, essa guinada encontrava um freio no fato de que o próprio GPA já tinha suas bandeiras nesse espaço.

“O nosso entendimento era de que não fazia sentido construir outra operação e canibalizar as plataformas de e-commerce do Extra e do Pão de Açúcar”, afirmou o executivo. “Agora, com a cisão, estamos revisitando essa estratégia e, com certeza, teremos novidades em um curto espaço de tempo.”

Segundo Gomes, a entrada no canal deve envolver parcerias com empresas desse ecossistema e por ofertas mais voltadas ao público B2B. Ele ressaltou, porém, que a construção do projeto levará em conta algumas nuances do segmento.

A estratégia vai de encontro à estreia recente do Atacadão no segmento.

Neofeed